

PELA CULTURA POPULAR, PELA DEMOCRACIA E PELO BRASIL QUE NÃO PODE VOLTAR ATRÁS

Carta da Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação à sociedade brasileira e às suas associadas e aos seus associados

Há momentos em que uma entidade científica precisa falar para além dos limites da universidade. Este é um deles. A Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação (Rede Folkcom) reúne pesquisadoras e pesquisadores interessados em compreender um Brasil que nem sempre encontra espaço nos grandes meios de comunicação: o Brasil das festas populares, das comunidades tradicionais, das periferias, das manifestações religiosas, das narrativas orais, das artesãs e dos artesãos, dos mestres e mestras da cultura e das inúmeras formas pelas quais o povo comunica sua experiência e produz cultura. É desse lugar que falamos.

Nosso Estatuto estabelece entre os objetivos da Rede Folkcom promover a cultura popular regional e nacional, estimular a preservação e o conhecimento dos bens e valores culturais brasileiros e desenvolver estudos e ações em defesa do patrimônio histórico, artístico, material e imaterial do país.

Não seria coerente assumir esses compromissos em nossos congressos, pesquisas, artigos e livros e permanecer em silêncio quando o futuro das políticas responsáveis por proteger e fomentar esse patrimônio está em disputa. A teoria que dá fundamento à Rede dedica-se ao estudo das dinâmicas das classes populares, de suas formas de comunicação, resistência e reexistência. É a partir desses compromissos e da avaliação das políticas que afetam esses sujeitos que assumimos esta posição.

Nós nos lembramos

Entre 2019 e 2022, o Brasil viveu um processo de enfraquecimento de sua política cultural. Uma das primeiras medidas do governo Jair Bolsonaro foi extinguir o Ministério da Cultura, retirando da área o status ministerial.

Não foi uma mudança apenas burocrática. O período foi marcado por instabilidade administrativa, conflitos com setores artísticos e culturais e enfraquecimento de instrumentos públicos de fomento.

Em maio de 2022, foi anunciado um contingenciamento de R\$ 93,2 milhões do orçamento da então Secretaria Especial da Cultura. Jair Bolsonaro também vetou o projeto da Lei Paulo Gustavo, que previa mais de R\$ 3,8 bilhões para o setor cultural, profundamente atingido pela pandemia. O veto precisou ser derrubado pelo Congresso Nacional. O governo igualmente vetou o projeto que instituiu a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, decisão também revertida pelo Congresso.

A aprovação dessas políticas e a derrubada dos vetos envolveram também a mobilização de artistas, trabalhadoras e trabalhadores da cultura e organizações culturais. São conquistas construídas com a participação da sociedade e que precisam ser preservadas como políticas de Estado.

Quando recursos e políticas desaparecem, as consequências chegam principalmente a quem possui menos acesso ao mercado e aos grandes patrocinadores: artistas independentes, produtoras e produtores populares, pequenos municípios, coletivos comunitários, grupos tradicionais e mestres e mestras responsáveis por manter conhecimentos e manifestações transmitidos entre gerações. São grupos e sujeitos diretamente envolvidos nos estudos de pesquisadoras e pesquisadores da Rede.

A cultura voltou a ocupar espaço

Desde janeiro de 2023, o Brasil passou a percorrer outro caminho. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva recriou o Ministério da Cultura. A Lei Paulo Gustavo foi regulamentada e implementada, com o [repasso de aproximadamente R\\$ 3,8 bilhões](#) a estados, municípios e ao Distrito Federal em 2023 para apoiar o setor cultural. A Política Nacional Aldir Blanc passou a construir uma perspectiva continuada e descentralizada de financiamento cultural.

Também consideramos especialmente importante a retomada da Política Nacional Cultura Viva. Em maio de 2026, o país contabilizava aproximadamente [16 mil Pontos de Cultura certificados](#) em mais de 2,2 mil municípios. [Pesquisa divulgada neste ano](#) pelo Ministério da Cultura, em parceria com o Consórcio Universitário Cultura Viva, formado pela UFBA, pela UFF e pela UFPR, estimou cerca de um milhão de atividades culturais gratuitas por ano e um alcance de aproximadamente três milhões de pessoas por mês na rede de Pontos e Pontões de Cultura.

Somam-se a isso a [Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares](#), a Rede Nacional de Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares e iniciativas de valorização dos festejos populares. Essas políticas dialogam diretamente com aquilo que a Folkcomunicação aprendeu a reconhecer desde Luiz Beltrão: o valor de agentes, grupos, manifestações, linguagens e processos comunicacionais produzidos pelo povo.

O Brasil cultural está nas grandes cidades, mas também está na Amazônia, no sertão e no Pantanal; nas comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas; nos terreiros e periferias; nos bois, quadrilhas, congadas, maracatus, folias, cirandas, festas religiosas e tantas outras manifestações que constituem nosso patrimônio cultural.

Uma política cultural democrática precisa chegar a esse Brasil. Defender a cultura popular é também defender a liberdade de expressão e de criação, o respeito à diversidade e o direito à comunicação. A democracia exige que pessoas e comunidades possam produzir e fazer circular seus conhecimentos, organizar-se e participar das decisões públicas que afetam seus territórios.

Não queremos voltar atrás

É impossível observar a eleição presidencial de 2026 ignorando o que aconteceu entre 2019 e 2022. A candidatura de Flávio Bolsonaro reivindica o legado político do governo de Jair Bolsonaro. Por isso, é legítimo perguntar o que representaria para a cultura brasileira o retorno desse projeto ao comando do governo federal.

Não fazemos essa comparação com base em divergências pessoais, mas em uma experiência histórica recente. Sabemos o que significou extinguir o Ministério da Cultura. Sabemos que o projeto da Lei Paulo Gustavo foi vetado. Sabemos que a Política Nacional Aldir Blanc também encontrou resistência. E sabemos das tensões que marcaram as relações daquele governo com diferentes setores culturais.

Também sabemos o que aconteceu desde 2023: o Ministério da Cultura foi recriado, mecanismos nacionais de financiamento foram retomados, os Pontos de Cultura ganharam novo impulso e as culturas tradicionais e populares passaram a ocupar maior espaço na agenda pública.

São diferenças concretas que a Rede Folkcom não pode ignorar.

Apoiar não significa silenciar

Reconhecer esses avanços não significa considerar concluída a reconstrução da política cultural brasileira. Os recursos ainda precisam ser mais descentralizados, especialmente nos mecanismos de incentivo fiscal que dependem da captação de patrocínio. Norte, Nordeste e Centro-Oeste precisam ampliar sua participação nesses mecanismos. Pequenos municípios necessitam de melhores condições para acessar programas públicos. Povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas e tradicionais precisam ocupar posição ainda mais central na formulação e na execução das políticas culturais.

Também é necessário avançar na proteção das trabalhadoras e dos trabalhadores da cultura e na criação de mecanismos permanentes de reconhecimento e sustentabilidade para mestres e mestras dos saberes populares. Apoiar uma direção política não significa abrir mão da crítica. Significa também cobrar mais descentralização, mais participação social, mais recursos chegando aos territórios e mais reconhecimento para quem mantém vivas nossas tradições. Esses compromissos orientarão nossa avaliação de qualquer governo.

De que lado está a Rede Folkcom

Nossa história e nosso Estatuto nos colocam ao lado da cultura popular brasileira. É desse lugar que fazemos nossa escolha. Diante da experiência concreta dos projetos políticos que novamente se confrontam no Brasil, a Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação manifesta seu apoio à continuidade e ao aprofundamento do processo de reconstrução e fortalecimento das políticas públicas de cultura conduzido pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa posição significa reconhecer que, apesar das insuficiências que continuaremos apontando, o caminho iniciado em 2023 restabeleceu instituições, retomou investimentos e ampliou possibilidades para as culturas populares, tradicionais e comunitárias.

Da mesma maneira, manifestamos nossa oposição ao retorno do projeto político que governou o Brasil entre 2019 e 2022, liderado por Jair Bolsonaro e que, nesta eleição, encontra continuidade política na candidatura de Flávio Bolsonaro.

Não queremos novamente uma cultura sem ministério.

Não queremos políticas culturais relegadas a um lugar secundário.

Não queremos que os instrumentos destinados a financiar artistas, produtoras e produtores, comunidades e manifestações populares sejam novamente enfraquecidos.

Nossa escolha é também pela memória

Quem trabalha com Folkcomunicação sabe que memória não significa simplesmente guardar o passado. Memória também nos ajuda a escolher o futuro. Luiz Beltrão ensinou o campo da Comunicação a olhar para grupos que durante muito tempo permaneceram à margem dos grandes sistemas midiáticos. Ensinou-nos que o povo não é apenas receptor: cria mensagens, produz conhecimentos, inventa linguagens, constrói redes de comunicação e interpreta o mundo a partir de suas próprias experiências.

Essa lição permanece atual. A cultura popular não é peça de museu. Está viva, transforma-se, incorpora tecnologias, ocupa redes digitais, reinventa tradições e cria novas formas de pertencimento. Mas sua continuidade depende de algo essencial: as pessoas e comunidades que produzem cultura precisam ter o direito e as condições para continuar produzindo cultura. É esse direito que defendemos. As políticas públicas devem fortalecer sua autonomia, respeitando suas formas próprias de organização e criação.

A Rede Folkcom continuará sendo um espaço plural de pesquisa, reflexão e debate. Suas associadas e seus associados continuarão livres para pensar, discordar e exercer individualmente sua cidadania. Mas pluralidade não significa indiferença. Quando a cultura popular está em jogo, precisamos dizer de que lado estamos.

Estamos ao lado dos mestres e das mestras, de brincantes, de artistas, de comunicadoras e comunicadores populares, das artesãs e dos artesãos, dos povos tradicionais, das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas e de todas as pessoas que mantêm vivos conhecimentos, festas, celebrações, narrativas e tradições.

Estamos ao lado de um Brasil que reconhece na diversidade cultural uma de suas maiores riquezas.

Estamos ao lado da cultura popular.

Estamos ao lado da democracia.

E não queremos que o Brasil volte atrás.

Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação (Rede Folkcom).

Brasil, outubro de 2026.